CISION

ID: 73212345

Público

21-01-2018

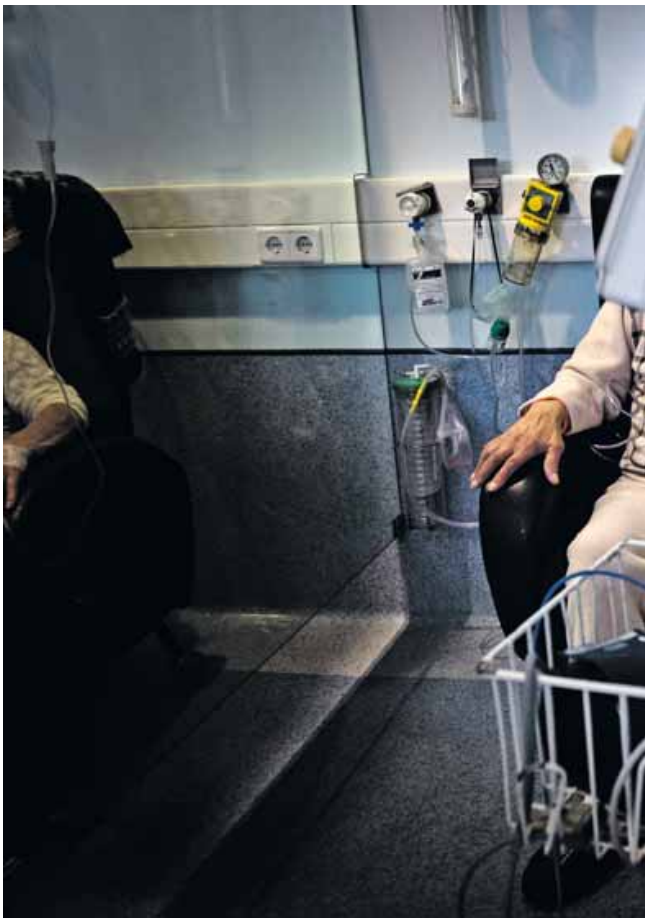
Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 14
Cores: Cor
Área: 25,70 x 31,00 cm²
Corte: 1 de 3

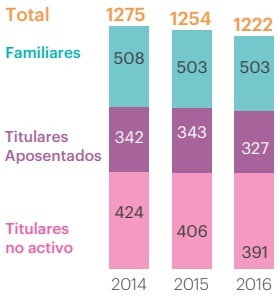
ADSE: Almofada caiu para metade e arrisca desaparecer em 2018

Sem medidas de poupança e sem abrir o sistema a mais beneficiários, a ADSE fecha 2018 com um défice de 12,3 milhões de euros, longe do excedente de 200 milhões em 2014

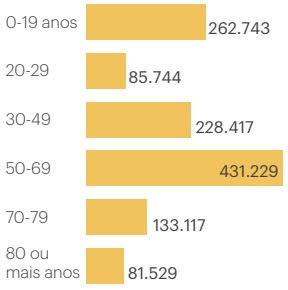
Saúde
Raquel Martins



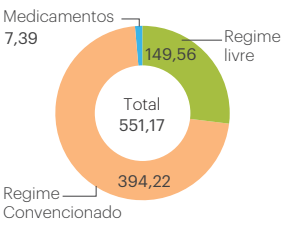
Beneficiários da ADSE são cada vez menos
Em milhares



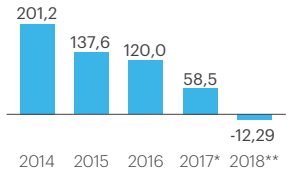
Maioria dos beneficiários tem 50 anos ou mais
N.º de pessoas



Despesa com cuidados de saúde em 2017
Valor da despesa paga em milhões de euros



Evolução do saldo de tesouraria ADSE
Milhões de euros



* Valor provisório
**Valor previsto sem alargamento e sem medidas de contenção da despesa

Fonte: ADSE PÚBLICO

A almofada financeira da ADSE tem vindo a reduzir-se e ameaça desaparecer no final de 2018. Este é o cenário que a direcção do instituto que gere o sistema de assistência na doença aos trabalhadores e aposentados do Estado antecipa, caso as medidas de contenção da despesa previstas não entrem em vigor rapidamente (em particular a nova tabela de preços) e caso falhe a abertura da ADSE a novos subscritores.

Depois de, em 2014, o sistema ter alcançado um saldo inédito de 200 milhões de euros (resultado do aumento dos descontos dos trabalhadores e aposentados, que passou de 2,5% para 3,5%), a almofada tem encolhido de ano para ano. Os dados solicitados pelo PÚBLICO à ADSE mostram que, em 2016, o saldo de tesouraria era de 120 milhões de euros; no ano passado, terá ficado em menos de metade (58,5 milhões) e, em 2018, entrará em terreno negativo, com a despesa a superar a receita em 12,3 milhões de euros.

Este é ainda um cenário provisório e apenas se concretizará se nenhuma das medidas que têm sido discutidas nos últimos meses for posta no terreno. Estamos a falar de duas em particular: a nova tabela de preços a pagar pela ADSE aos prestadores privados, associada a um maior controlo da facturação, e a abertura do sistema a novos beneficiários.

A chamada de atenção já tinha sido deixada na quinta-feira pelo presidente da ADSE, Carlos Liberato Baptista, no final de uma reunião com a Associação Portuguesa de Hospitalização Privada (APHP) para discutir as novas tabelas de preços. Numa nota sobre o encontro, Liberato Baptista alertou para a urgência da entrada em vigor das alterações: "caso contrário poderia a exploração da ADSE já no ano de 2018 vir a gerar um saldo de tesouraria negativo, considerando que se venham a manter as taxas de crescimento da despesa com o regime convencionado e com o regime livre verificadas nos últimos três anos (e não considerando eventuais medidas relativas ao alargamento do universo de beneficiários bem como outras que estão a ser preparadas pelo conselho directivo no sentido de garantir a sua sustentabilidade)". Agora, a ADSE concretiza os valores e nota que a evolução no saldo de tesouraria resulta da evolução das receitas e da despesa do sistema, em particular os gastos com a rede convencionada de cuidados de saúde. "As receitas cobradas crescem em média (nos últimos anos) a cerca de 1,4% ao ano e a despesa do regime convencionado está crescer a 12,4% e a do regime livre a 7,5%", diz o responsável.

Em 2017, a despesa com cuidados de saúde ascendeu a 551,2 milhões de euros. À volta de 70% deste valor, um pouco mais de 394 milhões de euros, destinou-se aos hospitais, clínicas e laboratórios que têm convenção com a ADSE. Os restantes 149,6 milhões dizem respeito aos médicos fora da rede e 7,4 milhões serviram para pagar medicamentos.

Este perfil de despesa, associado ao modelo de financiamento assente quase em exclusivo no desconto de 3,5% sobre o salário ou pensão do beneficiário titular, levou a ADSE a apresentar aos privados uma nova tabela de preços que permitirá uma poupança de 42,4 milhões de euros ao sistema e aos próprios beneficiários com consultas, análises, exames, cirurgias e transporte não urgente de doentes.

O reverso da medalha é que as unidades de saúde privadas que agora fazem parte da rede da ADSE verão a sua facturação reduzir-se em cerca de 30 milhões de euros. Tendo em conta que, em 2017, as entidades convencionadas apresentaram uma facturação de 460 milhões à ADSE, a perda representa cerca de 6% do total.

O rombo é relativamente maior nos hospitais dos grandes grupos privados associados da APHP, que no ano passado apresentaram uma factura de 292,5 milhões de euros (quase 64% do total) à ADSE. São estas perdas que têm levado a APHP a insurgir-se contra a proposta apresentada pela ADSE e a ameaçar deixar de fazer parte da rede. O ministro da Saúde, Adalberto Campos Fernandes, já veio pôr água na fervura, lembrando que ainda há tempo para se conseguir um bom acordo – o prazo dado é o final desta semana. "Nem os privados vão deixar de prestar cuidados aos cidadãos, nem a ADSE vai ser tão rígida para não ser capaz de estabelecer uma posição equilibrada", afirmou na sexta-feira.

O problema das tabelas também se coloca nos valores que os beneficiários pagam pelas consultas e actos médicos e que não são actualizados há vários anos. A ADSE tentou alterar a tabela, mas a proposta foi recusada pelo Conselho Geral e de Supervisão (órgão da ADSE onde têm assento sindicatos, beneficiários e entidades públicas), que se opõe a agravamento de custos enquanto não se reduzir a taxa de desconto.

A erosão da almofada da ADSE tem outras razões que se prendem com o universo de subscritores e de beneficiários (há beneficiários, como os filhos menores, que não descontam).

CISION

ID: 73212345

Público

21-01-2018

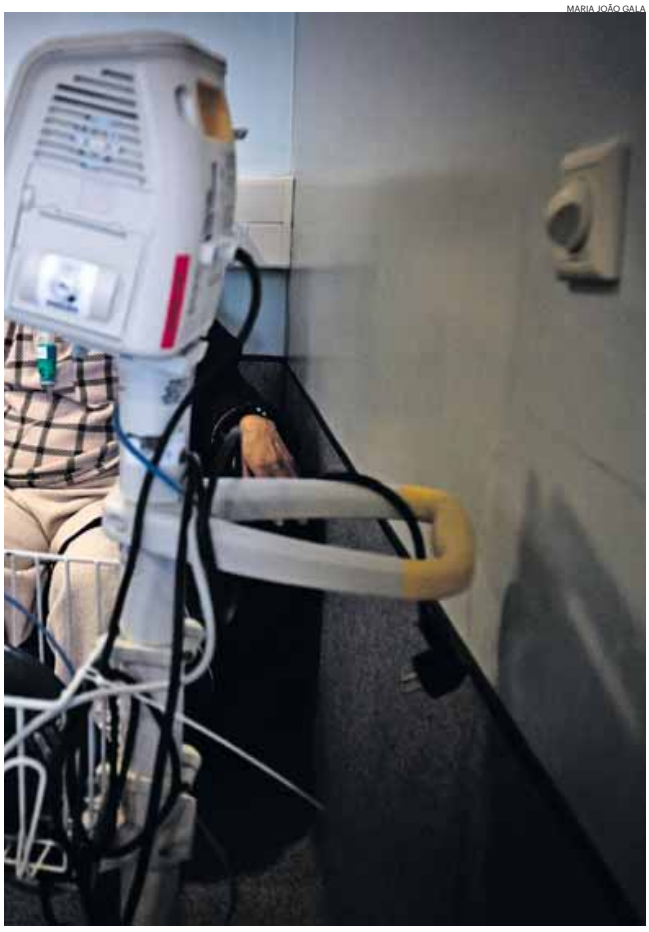
Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 15
Cores: Cor
Área: 25,70 x 31,00 cm²
Corte: 2 de 3

> **Nem os privados vão deixar de prestar cuidados aos cidadãos, nem a ADSE vai ser tão rígida**
>
> **Adalberto Campos Fernandes**
> Ministro da Saúde

Em cima da mesa está a abertura do sistema a novos beneficiários

MARIA JOÃO GALA



Direcção do instituto prepara alternativas a eventual boicote dos hospitais privados

Raquel Martins

A direcção da ADSE garante que as novas tabelas de preços propostas aos privados não comprometem o acesso dos beneficiários aos cuidados de saúde, mas ainda assim está a trabalhar em soluções alternativas para responder à eventual saída de alguns hospitais privados da rede da ADSE (o sistema de assistência na doença dos funcionários e aposentados do Estado).

"[As novas tabelas] não comprometem de todo o acesso dos beneficiários a cuidados de saúde convencionados", adiantou ao PÚBLICO o presidente do instituto que gere a ADSE, Carlos Liberato Baptista, assegurando que "tem previsto soluções alternativas para vir a contrapor a uma eventual situação desse género".

O responsável não detalhou as alternativas que estão a ser preparadas, mas lembrou que "como alternativa final existe sempre o acesso em regime livre a todos os prestadores existentes no território nacional". Do ponto de vista do beneficiário, há diferenças significativas entre recorrer a um médico com convenção e a um que não tenha acordo com o sistema. Num médico convencionado, o beneficiário paga menos de quatro euros por uma consulta de clínica geral ou de especialidade, enquanto num médico fora da rede, recebe uma comparticipação de 20,45 euros pela consulta, tendo de suportar o restante.

A nota deixada por Liberato Baptista visa tranquilizar os receios dos beneficiários, face à ameaça de alguns prestadores e médicos deixarem de trabalhar com a ADSE. Na origem do diferendo está a nova tabela de preços que a direcção da ADSE apresentou aos privados e que visa reduzir em cerca de 42 milhões de euros os encargos do sistema e dos beneficiários com os cuidados de saúde. A proposta tem sido muito contestada pela Associação Portuguesa de Hospitalização Privada (APHP), da Ordem dos Médicos e da Ordem dos Médicos Dentistas por implicar preços "incomportáveis" e, em alguns casos, abaixo do custo.

Ciente dos riscos, o próprio Conselho Geral e de Supervisão (CGS) da ADSE (onde têm assento representantes dos beneficiários) que deu luz verde às novas tabelas alertou para a importância de aumentar a rede de prestadores convencionados e de garantir que os beneficiários não são preteridos na marcação de consultas ou de exames médicos. E no caso específico da medicina dentária, considera que "deve ser ponderada futuramente uma revisão, tendo em vista assegurar maior cobertura de serviços por parte da ADSE".

Médicos deixam a ADSE

O problema é que alguns beneficiários já têm vindo a ser confrontados com algumas restrições no acesso a determinadas consultas e com a saída de médicos do sistema – uma situação para a qual a APHP já tinha alertado. É o caso de uma aposentada da função pública com quem o PÚBLICO falou e que, no início deste ano, ficou a saber que o seu cardiologista deixaria de trabalhar com a ADSE.

Mudar de médico causa transtorno a esta antiga dirigente da função pública, mas a sua principal preocupação é que haja "um esvaziamento" da ADSE e que os beneficiários questionem cada vez mais se vale a pena descontar 3,5% do salário ou da pensão para beneficiar do sistema. "Há médicos com nome que cancelam a convenção e algumas clínicas estão a pôr os juniores no atendimento aos beneficiários da ADSE e os médicos com nome fazem o atendimento para o privado", relata.

Outra funcionária aposentada diz que os médicos de três especialidades a que costumava recorrer deixaram de ter convenção com o sistema e receia que outros se sigam. "Tenho um seguro e tenho que pensar se me vale a pena continuar na ADSE com esta política", frisa na página de Facebook da Associação 30 de Julho, criada para defender os interesses da ADSE e que tem trabalhado com Associação de Aposentados, Pensionistas e Reformados (Apre).

Liberato Batista recusa que haja um movimento significativo de saída de médicos da rede da ADSE. Em 2017, adianta, foram celebradas 11 novas convenções e foram rescindidas seis. No entanto, frisa, "o dado mais relevante a ter em conta é o número de locais de prestação e não as convenções, porque uma convenção pode comportar vários locais de prestação".

Desde 2011, a ADSE tem vindo a perder beneficiários, fruto das restrições à admissão de trabalhadores na função pública e do facto de os trabalhadores com contrato individual no Estado, por exemplo, não serem abrangidos. No final de 2016, a ADSE tinha 1,223 milhões de beneficiários, metade dos quais com 50 ou mais anos, com tendência a recorrer mais aos cuidados de saúde. Há vários meses que se fala na necessidade de abrir a ADSE a outros beneficiários, algo que poderia trazer subscritores mais jovens para o sistema e dar-lhe escala. Mas a ideia não é consensual.

Num primeiro momento, a intenção do conselho directivo da ADSE era criar uma nova tipologia de beneficiários (os associados), para integrar os cônjuges e familiares que agora não têm acesso. Porém, o CGS colocou reticências e pediu estudos para avaliar os impactos da medida. Os representantes dos sindicatos e dos beneficiários entendem que num primeiro momento a ADSE deve ser alargada aos contratos individuais dos hospitais EPE, a que se juntarão os precários admitidos no âmbito do programa de regularização que está em curso e os funcionários públicos que renunciaram à ADSE e que poderão voltar a aderir. Ao todo serão mais 118.700 pessoas.

O Governo, porém, não desistiu da ideia e a própria direcção da ADSE tem insistido para que a abertura seja mais ampla, para compensar a redução dos preços pagos aos privados.

raquel martins@publico.pt

RUI GAUDÊNCIO

Nova tabela de preços divide ADSE e hospitais privados

CISION

ID: 73212345

Público

21-01-2018

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 1
Cores: Cor
Área: 5,14 x 4,71 cm²
Corte: 3 de 3

Edição Lisboa • Ano XXVIII • n.º 10.137 • 1,70€ • Domingo, 21 de Janeiro de 2018 • **Director:** David Dinis **Adjuntos:** Diogo Queiroz de Andrade, Tiago Luz Pedro, Vítor Costa **Directora de Arte:** Sónia Matos

Público

DANIEL ROCHA

Dois anos de Marcelo
Os afectos do Presidente são um acto político

Reportagem nos EUA
Com Trump, em busca do novo normal

Paul Bocuse
Obituário de um génio da gastronomia

Supernanny
Expor crianças é tudo menos educar

P2

Mais de cem padres estrangeiros ajudam a manter paróquias

Igreja católica responde à falta de padres e à desorganização paroquial com a importação de sacerdotes de várias partes do mundo. Alguns cumprem o rito bizantino, são casados e têm filhos **Destaque, 2/3**

"O óvulo é meu. Mas ela é que vai dar vida. É uma partilha total"
Filipa e Maria avançaram para a partilha da maternidade biológica. São um caso raro. **p8 a 10**

Georg Friedrich Haas O compositor extraordinário que se inspira em Schubert, Hölderin e Pessoa
Cultura, 20/21

ADSE prepara alternativas a boicote de privados
Instituto prevê que almofada do sistema fique negativa em 12 milhões de euros em 2018 **p14/15**

Mais acidentes e atropelamentos dentro das localidades
Dados provisórios de 2017 apontam para uma subida da sinistralidade que justifica novas medidas **p12/13**

ISNN-0872-1548